Política externa para todos os azimutes

MARCELO DE PAIVA ABREU*

A menos de improvável cenário de reincidência nas bobagens do passado, a política macroeconômica parece ser capaz de assegurar a retomada do crescimento econômico a uma taxa razoável. A taxa anual de mais de 4% de crescimento do PIB faria de 2004 o melhor ano desde 2000, podendo até superar 1995, o melhor ano dos governos FHC. Seria enorme avanço em relação aos 0,6% anuais entre 1980 e 2003 (PIB-PPP per capita).

Mas a política macroeconômica está longe de ser capaz de assegurar a sustentabilidade da retomada do crescimento. É natural que se busquem na economia mundial paradigmas que possam servir de modelo para políticas capazes de manter o crescimento da economia em ritmo relativamente alto. Encarando o assunto com a circunspecção ditada pelo péssimo desempenho do Brasil desde 1980, pareceria aceitável se, pelo menos em um primeiro momento, a economia crescesse de forma sustentada a 3% ao ano em termos de PIB per capita. Com crescimento demográfico de 1,3%, algo semelhante ao que o Brasil vai crescer em 2004.

Que economias são exemplos de crescimento sustentado a esse ritmo? Poucas, fora da Ásia. Embora taxas de crescimento do PIB-PPP per capita superiores a 3% ao ano tenham sido corriqueiras na Europa até 1980, depois disso os exemplos escasseiam. Só a surpreendente Irlanda, que cresceu mais de 3% na década de 80 e mais de 6% nos anos 90, e Portugal na década de 80. O ingrediente mais importante para o sucesso, além do ajuste macroeconômico, provavelmente esteve associado às oportunidades criadas pela integração européia. No caso irlandês foi também importante a política de atração de capitais em setores de alta tecnologia. Do ponto de vista brasileiro cabe a dúvida se paradigmas baseados pequenas economias teriam muita relevância para economia de dimensões continentais e população grande como é o Brasil. Afinal, a população irlandesa é inferior a 4 milhões de habitantes e a de Portugal é de pouco mais de 10 milhões. A economia chilena, a outra história de sucesso no ocidente, cujo PIB-PPP per capita cresceu em torno de 4% ao ano a partir de 1990, tem tamanho semelhante. Em termos de PIB-PPP total são economias pelo menos sete vezes menores do que a brasileira.

Os paradigmas de sucesso que fariam mais sentido do ponto de vista brasileiro estão na Ásia. Diversas economias asiáticas têm apresentado taxas de crescimento anual do PIB-PPP per capita que excedem sistematicamente os 3% anuais e algumas são grandes. Malásia, Cingapura, Coréia do Sul, Taiwan e Tailândia cresceram em geral muito acima desta taxa em todas as décadas desde 1960. A China só desde a década de 70, mas com crescimento acima de 6%, a partir de 1990. Desde 1980, a Índia juntou-se a este grupo, embora com taxas de crescimento mais moderadas: 3,4% anuais nos anos 80 e 3,7% nos 90. As explicações para estas histórias de sucesso não são simples e variam com cada caso: apoio

inicial dos EUA, acesso ao mercado dos EUA, importância da diáspora chinesa, integração à economia japonesa, graus de liberdade por não ser economia de mercado. Muitos dos governos asiáticos adotaram políticas setoriais baseadas em subsídios. Mas os tempos eram outros, sem limitações multilaterais aos subsídios de exportação e às políticas de atração de investimento estrangeiro. O caso da China é especial, pois continua a usar a margem de manobra de não ser uma economia de mercado e mantém subsídios ilegais na OMC. As experiências asiáticas mostraram que lá houve mais cobrança de decolagem em termos de competitividade do que por estas bandas, evitando-se que se perpetuasse a ordenha do Estado. Houve também melhor mira na escolha dos vencedores e certamente muito mais munição, com taxas de formação bruta de capital fixo na casa dos 30% do PIB, ou mesmo 40%, comparados aos nossos mirrados 19-20%. O desempenho indiano dependeu pelo menos em parte do sucesso em tecnologia de informação, ligado às suas vantagens comparativas lingüísticas e educacionais.

A fórmula para o desenvolvimento sustentado brasileiro requer adequação dos paradigmas conhecidos, em vista da ausência da maioria dos fatores que poderiam estimulá-lo. Seus elementos fundamentais são conhecidos. Reduzir as desigualdades sociais e a pobreza. Tornar atrativos investimentos na infra-estrutura depauperada. Colocar a casa em ordem quanto a educação e desenvolvimento científico e tecnológico. Restabelecer a proteção de direitos de propriedade e dos cidadãos.

Esta arrumação requer catalisador poderoso que tire o País de sua pachorra. A aproximação com outras economias baleia, em especial a China, consolidará o Brasil como produtor eficiente de commodities. Importante, mas insuficiente. É essencial que a política externa seja, ao estilo gaulista, direcionada a "todos os azimutes", e que novas disciplinas externas estimulem reformas internas competentes. Escaldado nas suas esperanças de sucesso nas negociações com Bruxelas, o governo deveria agora abandonar a sua busca de uma Alca light e se esforçar para que o Brasil se integre à Alca classic, paralelamente levando a bom termo as negociações com a nova Comissão Européia. A alternativa seria mais do mesmo. Poderia acabar em vôo de galinha altiva.

Marcelo de Paiva Abreu é doutor em Economia pela Universidade de Cambridge e professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio, em licença sabática.